

ÁREA 10: ACUMULAÇÃO, INDÚSTRIA E TRANSFORMAÇÃO TECNOLÓGICA

A ECONOMIA POLÍTICA DA DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO GOVERNO DE DILMA ROUSSEFF (2011-2016)

Alexandre Ricardo de Aragão Batista¹

Resumo

A peculiar conjuntura política, econômica e social vivenciada no período de 2011 a 2016 exige estudos nos quais tentam responder quais os impactos da atuação do governo e, mais ainda, a situação da manufatura frente à desindustrialização em meio às diversas crises na época. Este trabalho procura apresentar algumas dessas respostas. Para sua composição, buscou-se amparo nos textos de diversos autores especializados, independentes de sua posição política, além da análise de documentos divulgados por entidades representativas da indústria, bem como dos dados providos pelo IBGE e pelo IPEA. Diante da literatura e fatos da época, é difícil dizer que a crise econômica e, principalmente, a desindustrialização foi criada pelo governo brasileiro, tampouco o do período de 2011 a 2016. A administração não causou e nem solucionou as questões econômicas e desindustrializantes. Contudo a crise e as questões políticas foram agravantes na fragilizada economia da época. Também, é observado que existem variáveis impactantes na manufatura difíceis de serem controladas. A depreciação no câmbio real, a desoneração dos tributos e a relativa proteção comercial no período foram insuficientes para reverter o quadro desindustrializante. Variáveis como a produtividade relativa do trabalho, o avanço do setor de serviços, a influência da China, dentre outras, também impactara de alguma maneira na desindustrialização.

Palavras-chaves: Economia Política, *Impeachment*, Desindustrialização, Política Industrial

Código JEL: L52, P00, H83

Introdução

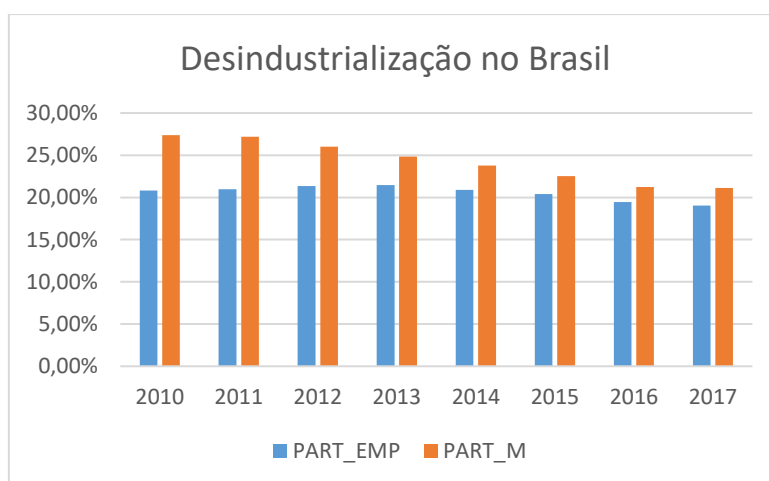
Nos anos 2000 e início de 2010, uma das pautas mais discutidas no meio acadêmico era acerca da desindustrialização no Brasil. A desindustrialização, segundo o conceito bastante utilizado de Rowthorn e Wells (1987), seria uma perda de participação do emprego da indústria em termos relativos ao emprego total na economia. Posteriormente, Tregenna (2009) difundiu que também deveria ser levado em consideração o Valor Adicionado manufatureiro em relação ao Produto Interno Bruto (PIB). Como a indústria é considerado como o principal motor do crescimento econômico de um país (MORCEIRO, 2012) devido aos seus efeitos de encadeamento, um retrocesso do parque produtivo poderia comprometer a geração de riqueza.

Nesses anos, a principal questão que pairava era de se o Brasil estaria desindustrializando ou não. Mas já no estudo de Morceiro (2012), com ampla análise da literatura e certa aplicação

¹ Doutorando em Economia pela FEA/USP. Economista Efetivo da SEPLAG/Osasco. Mestre em Ciências Econômicas pelo IE/UNICAMP. Graduando em Direito pela FD/USP. Bacharel em Matemática Aplicada e Computacional pelo IME/USP. Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA/USP.

quantitativa, pouca margem restaria de dúvidas: o país estaria sim desindustrializando em uma tendência de longo prazo. Na sequência, porém, uma vez identificado o fenômeno, outras perguntas surgiam: Quais seriam suas causas? Quais seriam os remédios? Ao fim do mandato do presidente Lula, em 2010, o país conseguira se recuperar da crise do *subprime* nos Estados Unidos da América que, em 2008, havia impactado economicamente grande parte do mundo. O próximo governo, que iniciaria em 2011, herdaria uma economia relativamente estável, mas que ainda contaria com desafios como a desindustrialização. O gráfico da figura 1 abaixo ilustra a situação e mostra que, de 2011 até 2016, há uma queda da participação da indústria na economia, tanto pelo lado do valor adicionado, quanto pelo lado do emprego. Ou seja, inicia a participação de valor adicionado em 27,17% em relação ao PIB em 2011 e termina com 21,23% em 2016. Já pelo lado do emprego, inicia com 20,98% em 2011 e termina com 19,47% em 2016.

Figura 1: Participação da indústria no Brasil.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Sistema de Contas Nacionais. Obs.: PART_EMP: Participação do emprego manufatureiro, incluindo construção e indústria extrativa em relação ao emprego total da economia. PART_M: Participação do Valor Adicionado manufatureiro, incluindo construção e indústria extrativa em relação ao Produto Interno Bruto do Brasil.

No plano político, Dilma Rousseff foi escolhida pelo Partido dos Trabalhadores (PT) para suceder a Lula, de modo que acabou também sendo eleita a presidenta do Brasil. Ocorre que o cenário econômico, político e social passou a ganhar novos contornos ao longo do seu primeiro mandato (2011 a 2014). A presidenta acabaria se deparando, aos poucos, com uma situação cada vez mais hostil ao seu governo. Mas, ainda assim, conseguiu a reeleição que, no entanto, foi ceifada por um processo de *impeachment* em 2016. A severa crise política instalada nos anos de 2015 e 2016 atingiria em cheio a economia brasileira que, embora não possamos acusá-la de responsável pela crise econômica em primeira instância, ao menos a agravou. Nesse sentido, a manufatura que buscava refúgio em muitas ações governamentais para reverter o processo desindustrializante, definitivamente

naufragou ao lado de toda a economia. Ao menos essa era a narrativa frequente que observávamos nos meios de comunicação, ou quando se viam manifestações em grandes centros nos idos de 2015.

Nessa época, a opinião social se convergia à opinião da mídia e de muitos críticos do governo. O protagonismo da administração pública era questionado, bem como sua capacidade de estimular a economia e a indústria, em especial. Porém, nada disso tinha um argumento jurídico válido para se substituir a chefe do executivo. A solução para a substituição seria um processo de impedimento baseado em crime de responsabilidade fiscal que, de maneira incomum, não condenou a presidenta a um período de inelegibilidade.

De qualquer modo, a análise econômica do período 2011 a 2016 se tornou uma necessidade por conta da situação política, econômica e social vivenciada no Brasil. É preciso verificar se o governo ficou inerte frente à questão da desindustrialização ou se existiam variáveis fora de seu controle. É essa lacuna que objetivamente este trabalho tenta preencher, além dos questionamentos acima supracitados. Mais ainda, especificamente, analisa, na medida do possível, variáveis que comumente aparecem na literatura e possivelmente levam à desindustrialização ou a mitigam, tais como a abertura comercial, os tributos, o consumo, os estímulos governamentais, a produtividade, o avanço do setor de serviços, o comércio com a China, os investimentos e o câmbio real.

O método utilizado neste estudo se vale de revisão de literatura com os principais autores da área, bem como aqueles que trazem informações no estado da arte. Além disso, apoia-se em dados fornecidos por importantes instituições como o IBGE e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Na medida do possível, são levadas em consideração análises de relevantes entidades industriais, bem como pesquisadores ou personalidades com visões divergentes. Além desta introdução, são apresentados os cenários políticos e econômicos de cada mandato da presidenta Dilma. Finalmente são expostas algumas considerações à luz do estudo nos apontamentos finais.

O Primeiro Mandato do Governo Dilma (2011-2014): Cenário Político

Conforme Singer (2018), Lula havia terminado o seu mandato com 83% de aprovação, a maior da série iniciada pelas pesquisas do Datafolha desde 1980. O presidente indicou Dilma Rousseff, economista e ex-ministra da Casa Civil, que nunca havia disputado uma eleição, para prosseguir na chefia do executivo. Com o lema “Para o Brasil Seguir Mudando”, a candidatura de Dilma fazia clara referência à continuidade do governo Lula (LUCHESE, 2016). Sua vitória se deu no segundo turno, quando teve 56% dos votos contra 44% de Serra. Na câmara dos deputados, o PT era o partido mais apoiado pelo eleitorado e fizera uma bancada com 88 assentos. Ainda, conforme Luchesi (2016), algumas variáveis que influenciaram na eleição da presidenta incluem a percepção de mobilidade social crescente pelos cidadãos, a aceitação positiva em relação à situação econômica do país e a implementação do Bolsa Família. Contudo, Magalhães *et al.* (2015) observaria que os

efeitos do Bolsa Família garantiriam efeitos eleitorais positivos de curto prazo, para ajudar o partido incumbente, mas não geraria fidelidades no longo prazo.

Singer (2018) observa que o ambiente político incorporava forte influência do PMDB em 2009, inclusive com a liderança de Eduardo Cunha – que em 2016, como presidente da câmara dos deputados, aceitaria o pedido de *impeachment* contra Dilma -. A cisma da presidenta contra o PMDB iniciou logo após ser eleita, com a retirada do Ministério da Saúde e das Comunicações do partido, que voltaria a ser ocupado pelo PT. Segue o autor que, apesar da presidenta ter sua gestão aprovada positivamente por 65% da população pela pesquisa da Datafolha no primeiro biênio, a conjuntura política sofre uma grande reviravolta com as manifestações de junho de 2013. Diferentes agrupamentos da sociedade, seja em vertentes ideológicas à esquerda ou à direita, saem às ruas e derrubam substancialmente o índice de credibilidade das instituições. O índice de aprovação, então, cairia a 30% e a FIESP iniciaria uma campanha contra os impostos.

Diante do cenário conturbado, Cunha formalizaria um bloco político independente sob seu comando, no início de 2014 e, logo na primeira votação na Câmara, consegue aprovação para a formação de uma comissão externa para apurar desvios na Petrobras, no qual acusaria Dilma de encobrir esquemas fraudulentos que, por ironia, ela mesma havia quebrado. Instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), esta acabou por funcionar durante sete meses, o que atingiu a campanha eleitoral para o segundo mandato e potencializou a Operação Lava Jato iniciada em março de 2014 (SINGER, 2018). Tal operação tinha fins de combates à corrupção e lavagem de dinheiro que envolvia agentes públicos, empresários, doleiros e irregularidades na Petrobras, dentre outros. A central investigativa era em Curitiba por meio da Justiça Federal, mas devido à complexidade, novas frentes foram abertas em outros estados² e complicaria deveras o Partido dos Trabalhadores, cujas consequências acabariam por reverberar no segundo mandato de Dilma.

O Primeiro Mandato do Governo Dilma (2011-2014): Cenário Econômico e Industrial

No âmbito econômico, o Governo Dilma herdou uma situação relativamente confortável. As políticas contracíclicas, frente à crise de 2008, aparentemente surtiram resultado e 2010 fechara com um crescimento real de 7,5%. De acordo com Contri (2014), apesar da inflação ter se aproximado dos 6,0%, a taxa de desemprego do último ano do governo Lula beirava os 5,3%. Tais números deram fôlego à nova gestão, mas em 2012 haveria dificuldades macroeconômicas que recrudesceriam as críticas em direção à administração. Conforme os dados atualizados do IPEA, o crescimento do PIB no Governo Dilma foi de 3,97% em 2011, 1,92% em 2012, 3,0% em 2013 e 0,50% em 2014. Observa

² Maiores detalhes podem ser vistos no sítio do Ministério Público Federal em < <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso> >. Acesso em 25/02/2023.

o autor, contudo, que as principais críticas se voltavam ao baixo crescimento do PIB de modo que seus fatores estariam vinculados à desaceleração do consumo das famílias.

Em verdade, a gestão também fora marcada por um clima de deterioração externa com a desaceleração da economia chinesa, indiana e de outros países emergentes, crise na área do Euro e fraco desempenho da economia norte-americana. E, mesmo assim, não obstante o menor dinamismo do comércio mundial, o país ainda pode se beneficiar de condições favoráveis aos preços das *commodities*, que iriam até 2014, quando passariam a se deteriorar (PAULA, 2022; CONTRI, 2014). Tudo indicaria que, devido aos percalços conjunturais, a ideia de continuidade que fora proposta na campanha das eleições não vingaria no que diz respeito às políticas econômicas. Carvalho (2018) diria que, enquanto no Governo Lula havia mais estímulo direto ao mercado interno com a expansão dos investimentos públicos, em 2011 a estratégia se baseou nos incentivos ao setor privado por meio de políticas fiscais, monetárias e creditícias.

Para combater a inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom), logo no início de 2011, anunciou uma sequência de atas nos quais indicariam a orientação da elevação das taxas de juros. Somente em agosto daquele ano, quando o governo anunciou uma contenção de gastos na ordem de 10 bilhões de reais, o Copom interrompeu as altas nas taxas. A partir de então, a Selic foi reduzida de 12,5% para 7,25% ao ano até outubro de 2012, o que indicaria uma substituição da política monetária contracionista pela política fiscal contracionista. Nesse ínterim, em maio de 2012, Dilma Rousseff alterou as regras da caderneta de poupança, que reduziria os seus rendimentos e demonstraria seu compromisso com a redução dos juros, ainda que fossem medidas impopulares. O juro real cairia a menos de 1% ao ano (CARVALHO, 2018).

Conforme Carvalho (2018), o câmbio nominal, por sua vez, teria o valor do dólar em torno de 1,65 reais do início de 2011 e depreciaria até na casa dos 2 reais nos meados de 2012 a 2013. Em realidade, o câmbio demonstrava sinais de sobreapreciação, isso porque os países ricos estariam realizando expansão monetária e entrando com capitais especulativos desde 2010. Desta feita, o governo implementou e elevou as cobranças de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no mercado de derivativos cambiais. As consequências foram a limitação da apreciação e uma menor volatilidade da taxa cambial. Contudo, em 2013 o Federal Reserve (Fed) anunciou que eliminaria gradualmente seu programa de expansão monetária. Por consequência, o fluxo de capitais em direção aos países emergentes reverteu o seu rumo, depreciando rapidamente suas moedas. O Brasil, então, eliminaria parte da elevação do IOF de 2011 para conter a saída de capitais.

A combinação da alta do dólar com a inflação de serviços fez com que a variação do IPCA atingisse 6,5% em 2011, reduzindo o crescimento dos salários (CARVALHO, 2018). Já em 2012 a inflação seria de 5,84% e, em 2013, de 5,91% o que, de certa maneira não exigiria muito do Banco Central que manteve a Selic em 8,49% em 2012 e 8,22% em 2013. Mas, a depreciação do dólar se

acentuaria, chegando a 2,34 reais em 2013 e 2,66 reais em 2014. A inflação também estava em ritmo ascendente e o Banco Central acabou o ano de 2014 com uma taxa Selic de 10,90% e o IPCA em 6,41%. Já conforme os dados do IPEA (2023), a média anual do desemprego do Brasil, em 2011, ficou em torno de 5,98%, em cerca de 7,3% nos dois anos seguintes e fechou o mandato do ano 2014 em 6,88%, números até melhores que nos mandatos de Lula. Segundo Dweck e Teixeira (2017), essa queda na taxa de desemprego foi, em grande medida, decorrente da política fiscal adotada. Além disso, houve aumentos reais devido aos vários acordos coletivos que influenciaram, inclusive, os setores informais.

No âmbito fiscal, Carvalho (2018) assevera que, entre 2011 e 2014, a política de redução de impostos, concessões e outros estímulos direcionados ao setor privado substituíram o ciclo de expansão de investimentos públicos em infraestrutura. Contudo, por se tratar de subsídios e desonerações, a sua eficiência foi baixa em dinamizar a demanda agregada em comparação aos efeitos multiplicadores sobre a renda e o emprego dos investimentos públicos, no curto prazo. Segue Dweck e Teixeira (2017) e Carvalho (2018) que o total de despesas primárias federais neste primeiro mandato de Dilma cresceu, em média, 5,2% ao ano. Os gastos de funcionalismo também cresceram em taxas baixas, com a expansão de apenas 1%. Os autores chamam a atenção que, neste primeiro mandato, houve diversas críticas por parte de profissionais de economia e da sociedade, em geral, contra um possível gasto excessivo do governo, que estaria prejudicando o superávit primário. Mas, em verdade, as pioras deste indicador não foram decorrentes de gastos maiores, mas sim de arrecadações menores que foram, obviamente, impactadas pelas políticas fiscais adotadas, além da taxa do crescimento do PIB diminuir, o que elevou a razão despesa/PIB.

Já no campo manufatureiro, de acordo com os dados do IPEA, a participação da indústria no PIB brasileiro caiu anualmente em todo o período de 2011 a 2014. Em 2010 a participação foi de 27,38%, em 2011 de 27,17% e, já em 2014, de 23,79%. Se analisarmos por grandes aglomerados setoriais, verificaremos que os Serviços Industriais de Utilidade Pública caíram mais de 28% de 2011 a 2014 na participação do PIB. Em seguida, aparece a indústria de extração mineral com uma queda de em torno de 18%, o que mostra claramente a desaceleração da demanda por *commodities* no âmbito internacional. A indústria de transformação, já bastante reduzida na sua participação do PIB, teve uma queda de em torno de 15%. O setor de construção manteve-se estável com uma variação negativa que nem chegou a 1%.

No período, o governo Dilma ficou longe de adotar uma postura inerte frente à desaceleração econômica que se avizinhava e houvera se espreado internacionalmente. O Plano Brasil Maior (PBM), lançado em agosto de 2011, sucedia a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), de 2008, e a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004. Sua proposta não era exclusivamente industrial, abordava também políticas tecnológicas, de serviços e comércio

exterior. No âmbito da indústria, sua pauta era direcionada ao estímulo à inovação e à produção nacional, com o intuito de tornar a manufatura mais competitiva nos mercados nacionais e internacionais (MATTOS, 2013; ABRAHAO *et al.*, 2014; FRASSÃO, 2017).

Deve ser observado que o PBM, para a sua implementação, contou com a participação de vários setores da sociedade tais como aqueles do meio político, empresarial e sindical, dentre outros. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a FIESP foram entidades que destacaram representantes para o Plano. É importante atentar este ponto, pois conforme observado por Frassão (2017), muitas das execuções do PBM foram adiante exatamente por conta dessas articulações realizadas por *lobbies* setoriais. O que se verificou é que para atingir suas metas, as principais representações, sobretudo a CNI e a FIESP, atacaram o chamado “Custo Brasil”, pautados principalmente nos custos trabalhistas, impostos, câmbio etc.

Em relatório da FIESP-DECOMTEC (2011) há elogios diversos em relação ao PBM, inclusive à administração executiva, o que seria paradoxal por conta do comportamento da mesma entidade frente ao desfecho do *impeachment* que seria selado poucos anos depois. O documento afirmaria que o PBM “[...] é meritório por manter a indústria na agenda recente das políticas públicas do país” (FIESP-DECOMTEC, 2011, pg. Sumário Executivo - i). Não apenas isso, destacava a participação da presidenta no processo: “[...] o envolvimento pessoal da Presidenta da República, Dilma Rousseff, demonstra a preocupação com o setor industrial, visto como elemento chave no processo de desenvolvimento econômico, político e social do país (FIESP-DECOMTEC, 2011, pg. Sumário Executivo - i). Em geral, embora consideradas de certa maneira tímidas, as propostas foram bem recebidas pela FIESP. Contudo, foram repisadas as críticas relacionadas aos fundamentos macroeconômicos, principalmente a questão do câmbio³, da desoneração tributária, liberação de créditos, juros altos, *spreads*, além da desoneração da folha de pagamentos, ambiente de negócios, etc..

Já acerca da análise econômica-industrial do período em pauta, Carvalho (2018) observou que a fragilidade da indústria nacional ficou evidente após a crise de 2008, pois enquanto o comércio varejista crescia no mesmo ritmo pré-crise, a produção industrial crescia mais lentamente. Isso significaria que os bens comprados não estariam sendo produzidos no Brasil. Neste cenário, segue a autora, o primeiro governo de Dilma encontraria uma economia com o crescimento concentrado em serviços e *commodities*. A presidenta atenderia as demandas do empresariado em vistas a reduzir os

³ O tom crítico exposto no documento em relação a um câmbio apreciado chegou a ser agressivo, embora não tenha sido apresentada nenhuma referência ou evidência empírica: “[...] o argumento de que a valorização cambial é um incentivo à indústria, pela suposta oportunidade para aquisição de insumos e bens de capital mais baratos, aumentando sua eficiência e modernizando-a, é completamente falacioso. No atual contexto macroeconômico, a tendência que se tem observado é de aumento de importações de produtos para consumo, em detrimento da produção doméstica. Salvo exceções pontuais, a indústria local não tem motivação para investir, qualquer que seja o custo dos bens de capital, pois não tem condições de competição no mercado de produto” (FIESP-DECOMTEC, 2013, pg. 5).

custos produtivos. Isto incluiria a redução dos juros, a consequente desvalorização do real, as desonerações (que acabaram atingindo até setores não industriais), além de aportes do Tesouro para expandir os créditos subsidiados pelo BNDES. Apesar de todas essas ações governamentais, os resultados se mostraram frustrantes, pois a produção, os investimentos privados e as exportações industriais não cresceram da maneira esperada. Ainda que tivesse conseguido salvar alguns empregos na manufatura, os mais beneficiados foram os empresários, porque suas margens de lucro cresceram substancialmente e, de acordo com Dweck e Teixeira (2017), acabaram causando um efeito concentrador.

Mas, verificamos que as razões para que o desempenho da indústria ficasse aquém do desejado tiveram as causas mais diversas, que iriam além das possibilidades do governo. Isso incluiria a queda do comércio mundial, bem como a conjuntura econômica internacional e a queda do desempenho da China (CONTRI, 2014; CARVALHO, 2018; BIANCARELLI *et al*, 2017; DIEGUES, 2020). Como bem observa Contri (2014), muitas das grandes empresas têm seus centros decisórios fora do país. Assim, além do crescimento do investimento não depender das decisões governamentais, sua produção não seria direcionada ao mercado nacional. Já as críticas de Oreiro e Marconi (2016) são duras em relação à administração petista. Para os autores, a política fiscal foi frouxa, os juros foram elevados, o salário cresceu acima da produtividade do trabalho e a taxa real de câmbio foi sobrevalorizada, embora parcialmente eliminada no governo Dilma. Toda essa combinação, além de elevar a inflação, fragilizou as finanças do Estado e causou desindustrialização com regressão da estrutura produtiva.

Porém, observa Diegues (2020), Schincariol (2017) e Almeida *et al*. (2016), a taxa de câmbio não teria sentido unívoco. A partir do primeiro governo Dilma, a depreciação teria impactado negativamente na acumulação de capital industrial, pelo menos no curto prazo. Como a moeda local se desvalorizou, os custos dos insumos e dos produtos importados foram potencializados pela necessidade de mais Reais para a quitação de dívidas e amortização dos gastos contraídos pelas empresas nacionais. A magnitude do impacto pode ser percebida ao verificar que 54,3% do financiamento das companhias abertas, baseado em dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), era provido pelo mercado internacional.

Destaca Diegues (2020) que o esgotamento do *boom* de *commodities* contribuiu para uma dinâmica negativa da indústria extrativa. Além disso, houve o desaquecimento do consumo doméstico que, assomados à conjuntura do câmbio desvalorizado acarretaram na retração dos lucros industriais. Com essa queda, a capacidade de acumulação também se retraiu o que deteriorou o investimento produtivo na economia nacional. Contudo, o autor alerta que o processo de acumulação não estaria estritamente vinculado ao investimento. As características do parque produtivo industrial doméstico indicam que, dado o histórico recente demonstrado entre os anos de 2003 a 2010, em uma conjuntura

interna e externa aquecida, seria possível dispensar a realização de investimentos produtivos. Ainda, Almeida *et al.* (2016) observam que à medida que a recessão se aproximava a partir de 2013, as empresas não financeiras direcionavam seus aportes em aplicações ao mercado financeiro.

Para Carvalho (2018), o modelo de política econômica do período de 2006-2010 priorizava os ganhos reais e, por consequência, o consumo, pautado sobretudo nos setores de baixa qualificação e de serviços. Já o modelo de benefícios às empresas adotado no governo Dilma acabou por romper um círculo virtuoso e sustentável de crescimento econômico. Contudo, observa Nassif (2018), a tese da autora não necessariamente se concretizaria, isso porque a indústria de transformação se manteve praticamente estável em termos de emprego, com uma queda de 11,38% em 2005 a 11,00% em 2015 e, enquanto isso, o setor de serviços de baixa qualificação se elevou de 49,11% a 53,24%.

De fato, a heterogeneidade do setor de serviços traz diferentes conclusões com relação aos impactos sobre a indústria. Pela avaliação de Arbache (2015) no período de 1947 a 2013 no Brasil, o setor avançou não pelas suas próprias forças, mas pela falta de dinâmica do secundário e do próprio terciário. Porém, no nosso período de análise, alguns estudos mostraram que serviços apresentaram certa trajetória de sua capacidade como elemento indutor do crescimento. Por exemplo, enquanto que para Lugli (2015), no intervalo de 2000 a 2012 pelo índice de Rasmussen-Hirschman, não havia nenhuma atividade de serviços que poderia ser considerada como chave⁴, Batista *et al.* (2018 (a)), com uso do mesmo índice para o ano de 2013, encontrou que “Outras Atividades Profissionais, Científicas e Técnicas”, “Transportes Terrestres” e “Telecomunicações” eram atividades indutoras do crescimento. Segundo os autores, a configuração da estrutura produtiva nacional, no retrato de 2013, não deixava serviços como mero coadjuvante do setor industrial, abria a possibilidade de que o crescimento de serviços não seria apenas decorrente da legítima assunção de acomodação estatística como a levantada por Rowthorn e Wells (1987). As atividades do terciário consideradas chaves mostravam forte conteúdo tecnológico, com requisição de mão de obra especializada de modo que a hipótese de um caráter autônomo do terciário em determinadas atividades pareceria ser patente.

No que tange aos investimentos da indústria de transformação, observa Miguez (2016) que a taxa média de crescimento de investimento em Formação Bruta de Capital Fixo, no período de 2003 a 2013, foi de 2,7% a.a., ou seja, metade do que fora apresentado pela economia como um todo. Contudo, observa o autor que a distribuição é assimétrica, enquanto as taxas de 2000 a 2003 chegaram a ser negativas, os anos de 2003 a 2010 atingiram uma média de 4,3% a.a. e, entre 2010 e 2013, a média de crescimento foi de 9,8% a.a. Por sua análise, este último intervalo foi influenciado por um

⁴ No índice de Rasmussen-Hirschmann, construído a partir das matrizes de insumo e produto, uma atividade econômica é considerada chave se seus coeficientes de encadeamento forem superiores à média tanto para frente (lado da oferta) quanto para trás (lado da demanda) concomitantemente. Em termos econômicos isso significa que a atividade é capaz de “induzir” (estimular) a economia acima das demais, ou seja, que ela tem centralidade dinâmica. Maiores detalhes contidos nas referências bibliográficas aqui expostas.

carry over de 2010, pois em 2011 houve um crescimento de 18,0% e, já em 2013, as expectativas se arrefeceram dado que o seu crescimento fora de apenas 3,1%. Ainda, expõe que a indústria extrativa teve um crescimento médio de 10,3% a.a. no período de 2003-2010 e de 9,3% a.a. entre 2010 e 2013, o que evidencia um desaquecimento na negociação das *commodities*.

Pela análise de Sarti e Hiratuka (2017), devido à crise internacional, os meados de 2008 e 2009 trouxeram à indústria de transformação brasileira uma forte contração de investimentos, de exportações e importações. Contudo, o estímulo governamental, por meio de políticas anticíclicas, fez com que a recuperação do investimento e do consumo fossem rápidas. A trajetória de crescimento seguiria até meados de 2011, quando atingiria uma relativa estagnação. E, apesar dos investimentos voltarem a crescer entre os meados de 2012 e 2013, a sua trajetória foi fortemente decrescente até 2016.

Outro ponto é a produtividade manufatureira que, no período de 2011 a 2015, segundo Diegues (2020), tiveram as indústrias especializadas em recursos naturais uma queda de produtividade na ordem de 4,7%, o que mostra o esgotamento do ciclo de *commodities*. Com relação aos demais setores industriais, enquanto os intensivos em escala mantiveram a tendência de queda, os intensivos em trabalho continuaram com taxas positivas de crescimento. No geral, a queda da produtividade industrial se fixou em torno de 0,5% e, apesar da queda de produtividade do setor intensivo em recursos naturais, sua taxa ainda se manteve acima da média dos demais setores fabris, o que acabou por atrair mão de obra de outras atividades manufatureiras com menor produtividade.

Assim, diante da literatura acima expressa, podemos resumir que, no período em tela, a indústria nacional se deparou com um contexto externo de recuperação da crise *subprime* de 2008 nos Estados Unidos. Ainda, as *commodities*, como uma das principais fontes de recursos externos iniciou um período de estagnação de receita devido à dependência e aos primeiros sinais de esgotamento da indústria chinesa. Enquanto o mercado externo desaquecia paulatinamente, o Governo brasileiro de 2011-2014, no plano interno, tentou se articular por meio do PBM. O PBM, por sua vez, contou com a gerência, inclusive de grupos industriais articulados tais como a FIESP. Várias das solicitações ensejadas para o fortalecimento da indústria brasileira tanto pela academia, quanto pelo empresariado foram atendidas, ainda que parcialmente, tais como as desonerações da folha de pagamentos, redução de tributos, desvalorização do real, etc.. Contudo, tais remédios não parecem ter surtido efeitos no curto prazo.

O Segundo Mandato do Governo Dilma (2015-2016): Cenário Político

É inequívoco que o segundo mandato de Dilma Rousseff foi um dos mais conturbados em termos políticos da história brasileira. Isso porque, à luz dos fatos de época, a presidenta acabou por perder o cargo frente à acusação de crime de responsabilidade, embora sem perder os demais direitos

políticos. Não houve maiores problemas de governabilidade no início do seu primeiro governo, mas no segundo se deparou com um congresso bastante hostil às suas demandas que, por falta de articulação, assomada aos vários contextos econômicos e sociais levaram à interrupção de seu mandato. Muitos movimentos sociais se postaram contra seu governo, já nos idos de 2013. Difusos em um primeiro momento, convergiram contra o Governo e os políticos, principalmente por conta de escândalos de corrupção que surgiam e da influência midiática da época (ANDERSON, 2020).

O fato é que Dilma acabou vencendo as eleições presidenciais de 2014 contra Aécio Neves que, inconformado, chegou até mesmo a solicitar auditoria dos votos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Já a maior parte das cadeiras do Congresso não ficou com a coligação petista, o que abriu espaço para Eduardo Cunha tentar a eleição como presidente da Câmara dos Deputados. Segundo relato do político, o que havia até então nos governos petistas era um revezamento da presidência da câmara entre o PT e os partidos aliados. Contudo, neste cenário, a melhor opção, a contragosto de Dilma e aliados (mesmo do seu vice Temer em primeira instância), seria Cunha que acabou por ser eleito em turno único. Foi oferecida a vice-presidência da mesa ao PT, mas o partido recusou e abriu espaço para Waldir Maranhão do Partido Progressista (PP) (CUNHA; CUNHA; 2021).

Tal detalhe é importante, Cunha e Cunha (2021) observam que se a vice-presidência fosse aceita pelo PT, muito provavelmente o processo de *impeachment* de 2016 não iria adiante. Ademais, mesmo críticos de Eduardo Cunha tal como Anderson (2020), reconhecem sua capacidade de articulação política. Talvez o *impeachment* nunca teria acontecido como se vê pela declaração do ex-presidente da câmara:

“Muito se divulgou que o medo do PT e do governo era de que eventualmente eu acabasse aceitando um pedido de abertura de processo de *impeachment* contra Dilma e, por isso, tinham de evitar a minha vitória a qualquer custo, e o eventual acordo comigo precisava ser da forma deles, porque isso evitaria essa possibilidade. Se o problema fosse esse, bastava ter colocado de forma clara, como condição para um acordo, que eu me comprometesse a não aceitar pedido de abertura de processo de *impeachment*. Eu concordaria e cumpriria, pois todos sabem que cumpro os meus acordos, e mesmo os partidos de oposição que me apoiaram jamais colocaram, como condição para o apoio, que eu teria de aceitar algum pedido de *impeachment*.” (CUNHA; CUNHA; pgs. 285-286, 2021)

Contudo, é até ponto pacífico tanto por seus apoiadores, quanto pelos seus opositores, que nos dois mandatos da presidenta, sua personalidade fora marcada por sua inabilidade política. Dilma Rousseff teria um viés mais técnico que político e não teria sido capaz de articular o jogo do presidencialismo de coalizão, tão necessário para o governo no Brasil. O apoio de seu próprio eleitorado acabou também enfraquecido no seu segundo mandato, pois em vista que as principais manifestações que eclodiram eram lideradas por pessoas com viés liberal, o governo resolveu satisfazer, ao menos, este lado econômico. Isto se configuraria por muitos o chamado “estelionato eleitoral”, que se solidificou com a nomeação para o Ministério da Fazenda do ex-diretor

superintendente do Banco Bradesco Joaquim Levy, que verteu o direcionamento macroeconômico para uma política mais restritiva (CUNHA; CUNHA, 2021; ANDERSON, 2020; CARVALHO, 2018; SINGER, 2018).

Após muitas manifestações e frequentes “panelaços” nos pronunciamentos de Dilma Rousseff, em 2 de dezembro de 2015 Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* cujo requerimento tinha sido feito por Hélio Bicudo e Miguel Reale Junior. Grande parte da mídia e daqueles que acompanhavam os eventos políticos consideravam que se tratava de retaliação de Cunha⁵. Este resolvera antecipar o comunicado para pouco antes do seu julgamento no Conselho de Ética exatamente para não demonstrar que seria uma retaliação, mas não parece ter convencido a opinião pública.

Como observam Batista *et al.* (2018 (b)), dentre as várias acusações de corrupção, a que derradeiramente levou à votação na Câmara dos Deputados foi a que feria a Lei de Responsabilidade Fiscal. A partir da aceitação do documento por Eduardo Cunha, como presidente da Câmara, houve a formação de uma comissão especial que analisou o processo e, em seguida foram realizados os procedimentos burocráticos que culminaram na cassação meses depois. Em 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos contra 137 o *impeachment*. Já em 12 de maio de 2016, o Senado aprovou o processo, de forma a suspender as funções de Dilma Rousseff como presidenta. Três meses depois o Senado Federal deliberou a cassação e, em 31 de agosto de 2016, estaria confirmado o segundo *impeachment* da história brasileira.

O Segundo Mandato do Governo Dilma (2015-2016): Cenário Econômico e Industrial

Assomada à instabilidade política que praticamente travou o protagonismo governamental como investidor de última instância, o cenário econômico interno e externo do período 2015-2016 também não foi muito favorável ao Brasil. Em fato, após a crise de 2008, o centro produtivo industrial se deslocou para a China continental. O país que outrora se fazia valer por custos de mão de obra menos onerosos passara a ter também uma indústria mais avançada e de alta tecnologia. A utilização de recursos crescera, incluindo as *commodities*, assim como sua cadeia global de valores que intensificara o comércio mundial com novos e antigos parceiros comerciais (HIRATUKA; SARTI; 2017). Contudo, a partir de 2011 a China passou a desacelerar a sua produção manufatureira. Em 2014, o valor adicionado industrial foi de 27,73 trilhões de dólares correntes, em 2015 foi de 28,13

⁵ Muitas das informações aqui discutidas foram amplamente cobertas pela mídia da época que podem, sem muitas distorções serem conferidas na Internet. Para o caso da abertura de cassação de Cunha, tem-se o noticiário n’O globo disponível em < <https://oglobo.globo.com/politica/psol-rede-representam-contracunha-no-conselho-17763223> >. Acesso em 23/10/2023. Já para a abertura do processo de *impeachment*, a notícia pode ser vista no portal G1, em < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/eduardo-cunha-informa-que-autorizou-processo-de-impeachment-de-dilma.html#:~:text=O%20presidente%20da%20C%C3%A2mara%2C%20Eduardo,impeachment%20da%20presidente%20Dilma%20Rousseff.> >. Acesso em 23/10/2023.

trilhões e 2016 chegou a 29,54 trilhões⁶ de dólares. Apesar desses números sugerirem uma boa força industrial chinesa, a realidade é que a sua participação relativa interna frente ao Produto Interno Bruto declinou severamente, o que colocou sua economia em um processo desindustrializante, pelo menos no curto prazo. Incluído o setor de construção civil, a indústria chinesa detinha 46,5% do Valor Adicionado nacional em 2011. Em 2014, a participação foi de 43,1%, em 2015 foi 40,8% e em 2016 a participação encolheu a 39,6%⁷, o que mostra claramente a sua retração manufatureira relativa. Esta nova situação comprometeu a economia brasileira no que se refere a obtenção de recursos externos já que a China, além de ser seu principal parceiro comercial desde 2009⁸, também influenciava com grande peso as negociações mundiais.

Ainda, de acordo com Carvalho (2018) e Mello e Rossi (2017), o segundo mandato de Dilma, sob a tutela de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, abarcou medidas restritivas de política monetária, cambial, creditícia e outras, no que se refere à atuação do Estado. A proposta do ministro Levy visava equilibrar os preços relativos e, para tanto, incluía os preços administrados que estavam defasados, além de liberar a taxa de câmbio, retirar incentivos setoriais, crédito subsidiado e, com isso, seguir a regra de Taylor ao colocar a política monetária no equilíbrio. Contudo, a Fazenda iria levar a economia brasileira em uma direção pró-cíclica. Mello e Rossi (2017) e Barbosa-Filho (2020) observaram que os defensores da estratégia de Levy esperavam que a contração fiscal e a monetária fossem expansionistas, pois era apenas necessário recuperar a confiança nas políticas governamentais. Recuperada a confiança dos investidores produtivos e financeiros mais o aumento da poupança pública, o ritmo do aumento dos juros seria controlado. Ainda, na agenda estaria inclusa a recuperação das contas públicas e a inflação no centro da meta. Assim, era esperada uma breve recessão com impactos no mercado de trabalho com aumento de desemprego e diminuição das pressões salariais. Os efeitos, porém, foram superiores ao previsto. Houve forte deterioração do emprego e da renda, além de aumentar o déficit fiscal e a inflação (MELLO, ROSSI, 2017).

Carvalho (2018) também chama a atenção para o problema da desoneração. O governo brasileiro respondia positivamente a praticamente todas as demandas do empresariado que incluíam, por exemplo, as desonerações fiscais e de folha de pagamento, além da desvalorização do câmbio por meio de atuação do Banco Central. Para a autora, não adiantava tais políticas, pois o empresariado

⁶ Dados do Banco Mundial em < <https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.CN?end=2017&locations=CN&start=2008> >. Acesso em 02/10/2023.

⁷ Dados do Banco Mundial em < <https://data.worldbank.org/indicator/NV.IND.TOTL.ZS?end=2018&locations=CN&start=2010> >. Acesso em 02/10/2023.

⁸ As assertivas são baseadas nos dados do comércio brasileiro internacional que podem ser obtidos em < <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral> > Acesso em 24/10/2023. Já os dados acerca do comércio mundial podem ser obtidos em < <https://comtradeplus.un.org/TradeFlow> >. Acesso em 24/10/2023.

não investia e tampouco contratava como nos anos anteriores, o resultado era apenas uma elevação das margens de *mark-up*.

Já após a aceitação do pedido de *impeachment* contra Dilma em dezembro de 2015, pouco mais de duas semanas depois, Levy era dispensado e o ministro da Fazenda seria Néelson Barbosa. A sua entrada, para Cunha e Cunha (2020), sinalizava mudança da política econômica e também uma maior maleabilidade no âmbito político, porém no âmbito econômico o mercado reagiria mal, haja vista seus fortes vínculos com o Partido dos Trabalhadores. Pela análise do próprio ministro Barbosa-Filho (2020), o PIB brasileiro caiu em um ritmo mais forte que o previsto por conta de três fatores: primeiro devido ao aumento dos preços administrados, piorados devido às secas de 2014 e 2015; segundo devido à redução dos preços das *commodities* devido à desaceleração industrial chinesa, com duas quedas substanciais na bolsa de Shanghai em julho de 2015 e janeiro de 2016; terceiro e mais importante, devido aos impactos causados pela Operação Lava Jato que passava a prender executivos de alto escalão em 2015.

Conforme os dados do IPEADATA/IBGE⁹, enquanto o crescimento do PIB foi de 0,50% em 2014, em 2015 houve uma queda de 3,55% e em 2016 de 3,28%. Contudo, se fixarmos o valor do PIB em 2011 e descontarmos a inflação baseado no IPCA, chegamos a uma interessante queda de 12,67% em 2015 e 7,71% em 2016, muito condizente com a realidade econômica à época. Já a taxa de desemprego, que era de 6,88% em 2014, saltou para 8,43% em 2015 e 11,38% em 2016. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que estava em torno de 6,41% em 2014, foi para 10,67% em 2015 e 6,29% em 2016. A taxa Selic saiu da média de 10,90% em 2014 para atingir 13,27% em 2015 e 14,02% em 2016, o maior valor desde 2006. O câmbio nominal médio em relação ao dólar americano foi de 2,35 reais em 2014 para 3,33 em 2015 e 3,49 em 2016. Já conforme dados do Banco Mundial¹⁰, a preços de 2010, o câmbio real foi do índice de 84,59 em 2014 para 69,61 em 2015 e 73,23 em 2016, isto é, uma desvalorização de aproximadamente 13% entre 2016 e 2014.

Ainda, de acordo com dados do IPEADATA/IBGE na composição da inflação, no que se refere à alimentação, houve um salto de 8,03% de 2014 para 12,01% em 2015 e 8,61% em 2016. No quesito habitação, o salto foi de 8,80% em 2014 para 18,34% em 2015 e 2,84% em 2016, que sugere uma correção neste último ano. Embora esses dois itens sejam tradicionalmente mais elevados do que a média do IPCA, tais percentuais mostram que, assomada às condições de elevação do desemprego, é possível pensar que a parte da população com recursos mais escassos foi a mais atingida no cenário de 2015-2016.

⁹ Dados disponíveis em < <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/series-estatisticas-conjunturais-2/> >. Acesso em 01/11/2023.

¹⁰ Dados do câmbio real no Brasil disponível em < <https://data.worldbank.org/indicator/PX.REX.REER?locations=BR> >. Obs.: A métrica do câmbio real do banco mundial é construída por meio de preços relativos, logo sua análise é similar àquela do câmbio nominal, de modo que quanto menor seu valor, mais depreciada está a moeda. Acesso em 01/11/2023.

Não diferente, o cenário industrial do período 2015-2016 também foi caracterizado por demonstrações de descontentamento com as políticas realizadas pelo governo brasileiro como, por exemplo, as protagonizadas pelos anúncios da FIESP na mídia. Conforme dados do IPEADATA/IBGE¹¹, a Indústria, em geral, teve uma taxa de crescimento negativa em 2014 de -3,02%, de -8,25% em 2015 e -6,41% em 2016. É de se destacar que as maiores quedas foram as de bens de capital com retração de 25,32% em 2015 e 10,21% em 2016 e de bens de consumo duráveis com retração de 18,48% em 2015 e 14,40% em 2016. Tais números, por consequência, sugerem a desaceleração na reposição de maquinários e ferramentas nas indústrias. Em 2016, até mesmo a indústria extrativa teve crescimento negativo de -9,44%, o que se configurou na maior baixa da série desde 2003.

Ainda, segundo os dados do IPEADATA/IBGE¹², a participação da indústria pela ótica da oferta em porcentagem do PIB foi de 23,79% em 2014, 22,52% em 2015 e 21,23% em 2016, o que evidencia uma desindustrialização no curto prazo. Já no que diz respeito ao emprego industrial, de acordo com dados do Banco Mundial¹³, a participação em relação ao total da economia passou de 23,26% em 2014 para 22,57% em 2015 e 21,21% em 2016, o que também se configura como uma desindustrialização no curto prazo. Ao que tudo indica o Plano Brasil Maior não estaria surtindo os efeitos esperados no quesito emprego. As principais críticas recorrentes como vistas em Carvalho (2018) e Garcia *et al.* (2018), eram derivadas da questão da desoneração da folha de pagamentos. Embora os autores destacam que não se encontravam evidências de melhorias no mercado de trabalho por conta da renúncia fiscal, entidades como a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) e a FIESP faziam forte *lobby* para a sua manutenção.

Enquanto isso, desde 2011 o câmbio real iniciara sua depreciação. Sua queda se tornou mais acentuada com o fim do programa americano *Quantitative Easing 3*¹⁴ em 2012. Segundo Fratzscher *et al.* (2018), tal política tinha impactado principalmente nos países em desenvolvimento, o que geraria um “*tsunami* monetário” de características pró-cíclicas. Nessa condição, muitos países tentaram as mais variadas políticas para se proteger do mercado externo, o que configuraria uma “guerra cambial” como a própria presidenta Dilma observaria (FRATZSCHER; DUCA; STRAUB, 2018). Considerado uma das principais causas da desindustrialização na literatura, nem sempre é ponto pacífico. Há certas condições que sua depreciação não acarreta no efeito esperado. Uma

¹¹ *Ibidem* Nota de Rodapé 9.

¹² *Ibidem*.

¹³ Dados referentes ao emprego industrial disponível no site do Banco Mundial em < <https://data.worldbank.org/indicator/SL.IND.EMPL.ZS?locations=KH> >. Acesso em 01/11/2023.

¹⁴ Em verdade, desde a crise de 2008, alguns dos principais países desenvolvidos como o Japão e o Reino Unido também adotaram a política do *Quantitative Easing* que não era apenas uma política monetária. Conforme Neely e Fawley (2013), várias são as estratégias dos bancos centrais que incluem, dentre outros, as compras de qualquer ativo, mesmo os não governamentais.

situação seria decorrente do caso da histerese, no qual o efeito do câmbio depreciado levaria algum tempo para estimular a manufatura. Outro entrave, apesar da contestação desferida pela FIESP-DECOMTEC (2013)¹⁵, seria que uma depreciação cambial impactaria negativamente na compra de insumos por parte da indústria. Nesse âmbito, Carvalho (2018) e Diegues (2020) observaram que o câmbio desvalorizado impactou na inflação e no consumo, atingindo principalmente a classe média e a baixa o que, por consequência, desacelerou a economia como um todo. Ademais, os contratos de curto prazo impactariam nos custos industriais. Contudo, a reação da indústria, em geral, é aquela protagonizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI, 2016, 2017(a), 2017(b)), que viu com grande entusiasmo a desvalorização do câmbio real. A percepção que a entidade demonstrou ter é que o câmbio funcionaria como uma barreira de proteção à indústria nacional que a deixaria mais competitiva, sobretudo, no mercado externo.

Mas não apenas o câmbio pode ter impactado no período 2015-2016, como pode ter havido outras proteções conforme observam Bastos e Hiratuka (2017). Para os autores a gestão da presidenta Dilma foi marcada talvez até por um protecionismo maior do que a de Lula. O governo aumentara o número de ações *antidumping* até mesmo contra parceiros comerciais importantes como a China. Mas, com respeito a este país, observa Pinto e Gonçalves (2019), apesar das relações assimétricas ao longo do tempo, não houve prejuízo à parceria estratégica entre os países. A China ainda investiu no Brasil, o que ajudou a atenuar a crise. Foram realizados inúmeros tratados tais como as de cooperação na esfera de pesquisa tecnológica, além do provimento de uma balança comercial favorável ao Brasil. O país asiático, passara a ser também um grande investidor direto estrangeiro e exportador de capitais produtivos.

Nesse segundo mandato da presidenta Dilma, observa-se também um crescimento da participação relativa no PIB do setor de serviços. De acordo com os dados do Sistema de Contas Nacionais do IBGE, em 2011 a composição do setor no PIB era de 65,73%, já em 2015 era de 70,78% e em 2016 chegou a 71,48% do PIB. Já a participação do emprego de serviços em relação ao total da economia, este saiu de 61,74% em 2011 para 63,85% em 2015 e 64,65% em 2016. Contudo, no que se refere ao consumo intermediário por serviços pela indústria, é de se reparar que a partir de 2014 há uma aceleração que vai até 2016. A demanda pela indústria de serviços em relação ao consumo intermediário total parte de 26,31% em 2014 para 27,04% em 2015 e 28,38% em 2016.

Alguns pontos devem ser assinalados no intervalo de 2015-2016. Em decorrência de uma série de escândalos e conflitos judiciais no período, o setor de extração petrolífera, que tem grande peso na indústria nacional, elevou o consumo intermediário de serviços jurídicos e contábeis¹⁶ de 3,05% em 2014 para 5,28% em 2015 e 7,79% em 2016, um aumento de 4,74%. Já em segundo lugar,

¹⁵ Ver nota de rodapé (2)..

¹⁶ Dados providos pelo IBGE no Sistema de Contas Nacionais.

veio o setor extrativista mineral, com grande peso também na economia nacional, cujos gastos judiciais partiram de 2,99% em 2014 para 4,91% em 2015 e 4,06% em 2016. Neste caso, o consumo jurídico possivelmente é decorrente do acidente de Mariana em 5 de novembro de 2015. Foi o maior acidente ambiental do Brasil e um dos maiores do mundo (BRASIL, 2023) que envolvia parceria de empresas da Companhia Vale do Rio Doce.

A expansão de serviços também pode ser decorrente de terceirização, porque esta poderia vir acompanhada de uma terciarização. Se uma empresa terceiriza uma atividade-fim industrial para outra empresa cujo registro esteja vinculado a um setor industrial, as estatísticas não deveriam se alterar pois a terceirização não provocou a terciarização. Porém, se a empresa se registrar como no setor de serviços (uma empreiteira de mão de obra por exemplo), então a desindustrialização pode se elevar por conta da ilusão estatística. Pesquisas providas pela CNI (2017 (c)), indicam que a participação da terceirização de atividades foi estimada em torno de 63,1% em 2016, inferior à pesquisa realizada em 2014, quando era de 69,7%. Já a intenção das empresas em aumentar a participação era de 21,8%, na pesquisa de 2016, percentual bem próximo de 21,9% observado na pesquisa de 2014. O serviço mais requisitado era o setor de vigilância e segurança.

A produtividade do trabalho no período, também pode ter impactado na manufatura e causado desindustrialização. Contudo, a desindustrialização, por ser uma medida relativa, poderia ser impactada pela dinâmica de produtividade tanto da agropecuária, quanto de serviços. Apesar de autores como Arbache (2015) e Pochmann (2019) mostrarem dúvidas quanto ao desempenho de serviços como elemento propulsor dinâmico da economia brasileira, haveria a possibilidade de que serviços teria uma aceleração produtiva à da indústria. De fato, ao se levar em conta a clássica medida de produtividade em que se divide o Valor Adicionado pelo número de empregos, obtemos que, segundo dados do IBGE, a produtividade da indústria caiu em torno de 18,8% no período de 2014-2016, a produtividade da agropecuária caiu em torno de 1,9% e a de serviços 15,35%, o que enseja uma queda relativa do setor manufatureiro maior em relação aos outros dois setores.

No que tange a questão dos investimentos, o período 2015-2016 não se mostrava atrativo para inversões por conta das questões políticas e dos cenários de incerteza conforme já debatidos anteriormente. Ribeiro e Stamm (2021) e Resende e Terra (2020) observam que o ambiente macroeconômico seria fator fundamental na elaboração das expectativas dos empresários que deliberariam a partir daí suas decisões de investimentos. Contudo, tais expectativas se apresentariam em queda entre os anos de 2014 e 2016¹⁷ com o agravamento da recessão do período. Para Ribeiro e Stamm (2021), a indústria nacional tinha se vertido a uma estratégia mais defensiva nos anos que

¹⁷ Os autores supracitados se valem do índice de expectativa do empresariado proposto pela FGV-IBRE. Em janeiro de 2014 o índice possuía valor 98,100; em janeiro de 2015 estava em 83,400 e janeiro de 2016 em 71,600. Dezembro de 2016 chegou ao valor de 84,400, logo após o *impeachment*. A série pode ser encontrada no *site* < <https://extra-ibre.fgv.br/IBRE/sitefgvdados/visualizaconsulta.aspx> >. Acesso em 21/11/2023.

iriam de 2010 a 2018 e dava menor relevância à expansão e modernização do parque industrial, por preocupação com a competitividade externa. Mas, apesar de certas atividades da manufatura se beneficiarem com sua desvalorização no período 2014-2016, outras atividades que dependeriam da aquisição de maquinários e tecnologias importados, como foi o caso da construção civil, teriam dificuldades com a depreciação cambial (CNI, 2015).

Medeiros (2021) ainda comenta que, devido ao agravamento da crise econômica e política do período Dilma, a taxa de investimento caiu entre 2014 e 2016 e se estacionou em torno de 15% do PIB a partir de então. Para o ano de 2014¹⁸, a Pesquisa Industrial Anual-Empresa (PIA-Empresa) indicaria que os investimentos em ativos imobilizados estavam na proporção de 27,61% do valor adicionado para a indústria de transformação mais a extrativa. Esses valores seriam de 25,76% para o ano de 2015 e de 23,86% para 2016¹⁹. Para Resende e Terra (2020), uma possibilidade de mitigação dessa queda de investimento no período seria uma participação mais ativa do governo que talvez pudesse reverter as expectativas pessimistas dos empresários, fato que não aconteceu de modo ideal.

Do lado do consumo, cabe algumas observações de Vergnhanini e Onoda (2022) a respeito da demanda doméstica como fator essencial à desindustrialização brasileira. Pela análise dos autores, a condução das políticas industriais e fiscais lideradas pelo endividamento e pelo consumo das massas foram substituídas a partir de 2011 por ações nos quais incentivavam o setor privado por meio de subsídios e isenções tributárias. O resultado foi que, assomado a uma maior desvalorização do Real em 2015, teve como consequência a perda do poder de compra das classes médias e um maior nível de endividamento das famílias e das empresas industriais. Nesses termos, a demanda doméstica por bens da indústria de transformação retraiu na média anual de -2,9% a.a. a partir de 2015 até 2019.

Ainda, no período em discussão, aumentou-se o apoio popular, construída em um processo de disseminação midiática por vias digitais e em um clima *pró-impeachment*, à uma economia mais liberalizante, com severas críticas à tributação, em especial os impostos, que impactariam na demanda (ROCHA, 2019; AFONSO; CASTRO, 2020). Embora presente parcialmente no segundo governo Lula, acentuou-se no governo Dilma a desoneração tributária em uma tentativa de resposta aos anseios populares e, principalmente, à pressão do empresariado industrial para a redução dos seus custos (DIEGUES, 2020). Importante notar que, conforme dados apresentados por Afonso e Castro (2020), a carga tributária bruta de 2014 havia sido a menor desde 2003, com a participação de 32,87% do PIB. A de 2015 foi ainda menor, atingindo 32,84% da participação do PIB e voltou a subir em

¹⁸ Release disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9940-pesquisa-industrial-anual-2014-valor-adicionado-atingiu-r-783-1-bilhoes> >. Acesso em 21/11/2023.

¹⁹ Release disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21526-pia-empresa-de-2015-para-2016-a-industria-perdeu-400-8-mil-pessoas-ocupadas> >. Acesso em 21/11/2023.

2016 com 33,29%, em decorrência de receitas extraordinárias do Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERTC) e as receitas de *royalties* de petróleo.

Como se vê, o período em análise é bastante conturbado em várias dimensões. Estas abrangem, principalmente, o sistema político, o econômico e o social. Além disso, não se restringem tão somente ao plano nacional, o Brasil estava interligado também em uma situação restritiva internacional em determinados momentos, tal como a desaceleração chinesa. Todas essas situações acabaram por impactar em muitas variáveis que não dependiam apenas do esforço governamental. Acima discutimos algumas das principais literaturas e descrevemos alguns dos principais dados relevantes à desindustrialização. A Tabela 1 abaixo apresenta o resumo de alguns dos principais dados macroeconômicos dos anos 2011 a 2016.

Tabela 1: Alguns dos principais indicadores do governo Dilma (2011-2016).

Indicador/Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Inflação (IPCA), % a.a.	6,50	5,84	5,91	6,41	10,67	6,29
Crescimento do PIB (%)	3,97	1,92	3,00	0,50	-3,55	-3,28
Crescimento Indústria (%)	0,41	-2,30	2,07	-3,02	-8,25	-6,41
Taxa de Investimento ² (% do PIB)	16,56	16,57	16,64	15,67	13,83	12,02
Taxa de Juros (Selic), média (a.a.)	11,62	8,49	8,22	10,90	13,27	14,02
Taxa de câmbio real efetiva ¹	96,08	106,78	113,29	117,65	142,15	135,11
Balança comercial (US\$ bilhões)	27,62	17,42	0,38	-6,73	17,44	44,54
Investimento direto estrangeiro (% PIB)	3,92	3,76	3,04	3,57	3,60	4,14
Reservas Cambiais (US\$ bilhões)	352	373	358	363	356	365

Fonte: IPEA e IBGE. Cálculos do autor. Obs.: (1) Média anual de exportações, 2010 = 100. (2) Utiliza-se nesta tabela a soma total da Formação Bruta de Capital Fixa como *proxy* de investimento.

Apontamentos Finais

Como verificado ao longo do texto, a peculiar conjuntura política, econômica e social vivenciada no período de 2011 a 2016 exige estudos nos quais tentam responder quais os impactos da atuação do governo e, mais ainda, a situação da manufatura frente à desindustrialização em meio às diversas crises na época. Este trabalho buscou apresentar tais respostas e, para sua composição, buscou-se amparo nos textos de diversos autores especializados, independentes de sua posição política, além da análise de documentos divulgados por entidades representativas da indústria, bem como dos dados providos pelo IBGE e pelo IPEA.

No que diz respeito às questões políticas, o governo de 2011, sob a tutela de Dilma Rousseff foi iniciado de modo tranquilo que praticamente herdou a administração anterior. Ocorre que, ao longo do seu primeiro mandato, sua força política foi paulatinamente sendo diminuída. Tudo indica, segundo a literatura apresentada, incluindo de pares a seu favor, que isso se deveu principalmente à sua inabilidade política, uma vez que a presidenta era mais propensa ao âmbito técnico até então. Diante dessa fragilidade, o segundo mandato, iniciado em 2015, iniciou-se com margem de apoio apertada e já sob desvantagem no Congresso Nacional.

Ademais, o apoio do eleitorado da presidenta Dilma no seu segundo mandato foi minado quando, em sua administração, foram implementadas ações econômicas contrárias ao proposto nas eleições, o chamado “estelionato eleitoral”. Dito isso, podemos entender que o problema não foi a oposição que já existia anteriormente, mas sim, a perda do apoio de quem a elegeu, assomada à força midiática contrária ao governo que também instigava as manifestações dando ampla cobertura. Com inúmeras acusações, seu governo foi interrompido por meio de *impeachment* em 2016, sob a acusação de crime de responsabilidade. Acontece que o resultado final também reverberou na eleição seguinte quando o presidente Bolsonaro foi eleito e, aí sim, todos viram de modo significativo a força de todos os movimentos opositores e seu campo de influência.

Além das questões políticas no período assinalado de 2011 a 2016, o Brasil se defrontou com desafios internos e externos. Superada a crise norte-americana de *subprime* em 2008, que impactou o mundo, o Brasil iniciou um forte ciclo de crescimento em consonância com a liderança da China em seu desenvolvimento industrial. Contudo, a desaceleração do país asiático novamente alterou o cenário econômico mundial que, no nosso caso, acabou agravado pela crise política instaurada nos anos de 2014 a 2016. Como bem afirma Dweck e Teixeira (2017), a recessão de 2015-2016 não poderia ser entendida apenas com os fundamentos econômicos e sua política econômica do período. É evidente as dificuldades que o governo tinha em gerir o país e implementar as políticas econômicas tão necessárias em um momento de recessão com a crise política ao seu lado.

Não se pode dizer que o governo de Dilma Rousseff de 2011 a 2016 tenha sido inerte frente à indústria. Além de implementar o Plano Brasil Maior, seu conselho incluía a CNI e a FIESP. O porquê da reviravolta da FIESP que antes apoiava o governo, e inclusive tecia elogios, é motivo de estudos. Finalmente, não foi possível reverter a tendência de longo prazo da desindustrialização. Dentre as principais causas encontradas na literatura, algumas não são possíveis serem controladas pelo governo. Outras até poderiam, mas a grande maioria tem certas limitações nos quais são inerentes à própria estrutura produtiva ou à conjuntura econômica. Vejamos de forma sintética o que foi encontrado nesse estudo acerca das variáveis que mais se destacaram.

Abertura comercial: Uma maior restrição da abertura comercial seria favorável à indústria no período. O que se observou foi uma maior proteção decorrente tanto de ações *antidumping*, quanto por natureza de um câmbio real mais depreciado. Contudo, pelas indicações, haveria uma dependência da indústria para a obtenção de maquinário, dos consumidores para a obtenção de produtos e de exportadores, sobretudo no que diz respeito às *commodities*.

Tributos: O governo implementou de maneira mais ostensiva as desonerações, conforme demandado pelas entidades que representavam a indústria. Contudo, parece não ter havido reversão da desindustrialização. As desonerações não contiveram a diminuição da participação relativa do desemprego, bem como do Valor Adicionado manufatureiro. A literatura indicou que a vantagem das

desonerações ficou com os industriários que tentaram, com isso, preservar suas margens de lucros e não os empregos em contraste com suas narrativas.

Consumo: Tudo indica que houve uma modificação na relação do consumo na economia. Enquanto no governo de Lula havia uma prioridade no aumento do consumo, observa-se que no período Dilma as famílias foram mais restringidas. Isso pode ser decorrência de que o crescimento foi mais pautado nas desonerações do que no consumo. Ademais, a depreciação do câmbio e a liberação dos preços administrados trouxe de volta a componente inflação que, indiscutivelmente penalizou as classes menos abastadas. Se em um primeiro momento o consumo era vazado para os manufaturados estrangeiros, nos idos de 2015 e 2016, sua restrição seria incapaz de impulsionar a indústria.

Produtividade do trabalho: Um aumento da produtividade significaria uma liberação maior da mão de obra (ROWTHORN; WELLS, 1987). Contudo, no período assinalado, nada indicou um aumento da produtividade manufatureira. O que foi encontrado é que houve uma queda menor da produtividade dos setores de agropecuária e de serviços que, em termos relativos, pode ter acelerado o processo de desindustrialização no curto prazo.

China: O desenvolvimento industrial da China é relativamente novo e recentemente incorporado na ideia de impacto exógeno na desindustrialização Brasileira. Aqui observamos forças opostas em que, de um lado seus produtos podem competir com os nacionais, mas por outro lado, além do consumo de *commodities* brasileiras que fornecem divisas, o país asiático passou também a investir diretamente em fábricas no Brasil. No período em questão é difícil mensurar se os impactos da indústria chinesa prejudicaram a indústria no Brasil, ainda mais agora que seus produtos estão em um nível tecnológico maior do que os nacionais. Uma coisa é certa, as relações comerciais com esse país asiático parecem beneficiar como um todo a economia brasileira.

Investimentos: A intenção de investir na indústria entrou em uma espiral descendente de 2011 a 2016. O frágil cenário econômico interno associado à desaceleração externa, além do conturbado clima político não dava garantias de um bom retorno. Ademais, o consumo estaria em queda, a desvalorização cambial elevava o preço do maquinário externo e o governo estava limitado em suas políticas econômicas, sobretudo como investidor de última instância. Todos esses elementos, principalmente, desmotivavam os investimentos no período.

Câmbio Real: A questão do câmbio é uma das mais controversas. Há um amplo conjunto de economistas e pesquisadores favoráveis à desvalorização do câmbio, haja vista que os produtos nacionais ficariam deveras competitivos no mercado internacional. O ponto é que, conforme é o nível de desvalorização, a população é penalizada como já foi demonstrada historicamente no Brasil. Ficamos então defronte de um dilema, a promoção da indústria ou a penalização da população como um todo? Certamente a resposta é óbvia. Contudo, o ideal seria encontrar um câmbio em que se

equilibrasse os anseios dos exportadores e que não impactasse na inflação e tampouco nos itens básicos da população. O problema é que tal equilíbrio é praticamente inviável, ainda que o governo interviesse na economia. Difícil saber se os efeitos atuariam conforme o esperado, como ficou patente no governo Dilma, não obstante as diversas técnicas de simulação como, por exemplo, os modelos de equilíbrio geral. Necessário dizer que, embora muitos acadêmicos responsabilizem a administração pela valorização do real, a conjuntura econômica mundial no período aproximado até 2013 implicava em uma forte intervenção no mercado monetário pelos Estados Unidos, Japão e Reino Unido com o chamado *quantitative easing* que foi muito mais que uma mera expansão monetária. O Brasil não teria poder econômico suficiente para manipular sua própria moeda sem alguma espécie de prejuízo social.

Terminamos este trabalho ao asseverar que, diante de toda a literatura e fatos da época, é impossível dizer que a crise econômica e, principalmente, a desindustrialização foi criada pelo governo brasileiro, tampouco o do período de 2011 a 2016. Contudo, aquela administração não foi nem causa e nem solução ou, dito no velho jargão, “nem santo, nem demônio”. Simplesmente existem variáveis econômicas impossíveis de serem controladas. Contudo, tivesse o executivo mais graus de liberdade de ação nas políticas econômicas e não se atentasse somente para uma classe social, talvez a história fosse diferente. Claro que este artigo não exaure e nem tampouco responde definitivamente a todos os questionamentos, mas esperamos que ilumine o caminho para mais estudos sérios.

Referências

ABRAHAO, Persio Vitor de Sena; VIEIRA, Edson Trajano; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido. Políticas Industriais Dos Governos Lula E Dilma. *In*: III Congresso Internacional de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento. 2014.

AFONSO, José Roberto; CASTRO, Kleber Pacheco. Carga tributária bruta 2019: recorde histórico e evidências federativas. Fiance [Internet], 2020. Disponível em < https://www4.anfip.org.br/doc/economia/19_10_2020_11_28_02_carga_tributaria_2019_jrra.pdf >. Acesso em 28/11/2023.

ALMEIDA, Julio Sergio Gomes de; NOVAIS, Luis Fernando; ROCHA, Marco Antonio. A fragilização financeira das empresas não financeiras no Brasil pós-crise. Texto para discussão IE-UNICAMP, n. 281, 2016.

ANDERSON, Perry. Brasil à parte: 1964-2019. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

ARBACHE, Jorge. Produtividade no setor de serviços. Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes, v. 2, p. 277-300, 2015.

BARBOSA-FILHO, Nelson Henrique. De Dilma a Bolsonaro: la política económica de Brasil de 2011 a 2019. El trimestre económico, v. 87, n. 347, p. 597-634, 2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; HIRATUKA, Célio. A política econômica externa do governo Dilma Rousseff: comércio, cooperação e dependência. Textos para discussão, v. 306, 2017.

BATISTA, Alexandre Ricardo de Aragão; HEGELE, Fabiane; OLIVEIRA, Édivo de Almeida. A importância de serviços no Brasil por meio de setores-chave: uma análise sobre a matriz insumo-produto de 2013. RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 1, n. 39, 2018 (a).

BATISTA, Alexandre Ricardo de Aragão; MAIA, Uxi; ROMERO, Alécio. Mercado acionário sob o impeachment presidencial brasileiro de 2016: um teste na forma semiforte da hipótese do mercado eficiente. Revista Contabilidade & Finanças, v. 29, p. 405-417, 2018 (b).

BIANCARELLI, André; ROSA, Renato; VERGNHANINI, Rodrigo. O setor externo no governo Dilma e seu papel no colapso da economia brasileira. Campinas: IE/Unicamp, Texto para Discussão, n. 296, 2017.

BRASIL. Ministério Público Federal (MPF). Procuradoria-Geral da República. Caso Samarco. 2023. Disponível em < <https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/caso-samarco> >. Acesso em 14/11/2023.
CARVALHO, Laura Barbosa de. Valsa Brasileira. São Paulo: Todavia, 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI. Coeficientes de Abertura Comercial. Ano 6, Número 1, 2016. Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 03/11/2023.

_____. Coeficientes de Abertura Comercial. Ano 7, Número 1, 2017 (a). Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 03/11/2023.

_____. Coeficientes de Abertura Comercial. Ano 7, Número 2, 2017 (b). Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 03/11/2023.

_____. Sondagem Especial 60. Ano 16, Número 2, 2015. Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 27/02/2024.

_____. Sondagem Especial. Ano 4, Número 2, 2014. Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 23/08/2023.

_____. Sondagem Especial 68. Ano 18, Número 1, 2017 (c). Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 27/02/2024.

_____. Sondagem Especial 69. Ano 18, Número 2, 2017 (d). Disponível em < <https://www.portaldaindustria.com.br/cni/> >. Acesso em 27/02/2024.

CONTRI, André Luis. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Dilma. Indicadores Econômicos FEE, v. 41, n. 4, 2014.

CUNHA, Eduardo; CUNHA, Danielle. Tchou, querida: o diário do impeachment. Matrix Editora, 2021.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os limites da contribuição da indústria ao desenvolvimento nos períodos Lula e Dilma: a consolidação de uma nova versão do industrialismo periférico? Instituto de Economia, UNICAMP, Textos para Discussão nº 372, 2020.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, Rodrigo Alves. A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica. Texto para discussão, v. 1, n. 303, p. 01-42, 2017.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP); DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE E TECNOLOGIA (DECOMTEC). Plano Brasil Maior 2011/2014: Análise dos instrumentos. 2011. Disponível em < <https://www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=1969> >. Acesso em 17/08/2023.

FRASSÃO, Caroline de Souza. *Lobby e Proteção da Indústria: uma análise do Plano Brasil Maior*. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência Política, 2017.

FRATZSCHER, Marcel; LO DUCA, Marco; STRAUB, Roland. On the international spillovers of US quantitative easing. *The Economic Journal*, v. 128, n. 608, p. 330-377, 2018.

GARCIA, Felipe; SACHSIDA, Adolfo; DE CARVALHO, Alexandre Ywata. Impacto da Desoneração da Folha de Pagamento sobre o emprego: Novas evidências. Texto para Discussão N° 2357, 2018.

HIRATUKA, Célio; SARTI, Fernando. Transformações na estrutura produtiva global, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, vol. 37, n° 1 (146), pp. 189-207, janeiro-março, 2017.

LUCHESE, Raquel Moretti. Um estudo das campanhas de Dilma Rousseff em 2010 e 2014 no HGPE da TV. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016. Disponível em: < <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9048> >. Acesso em 28/02/2024.

LUGLI, Vanessa Moraes. *Mudança Estrutural e o Setor de Serviços no Brasil*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 2015.

MAGALHÃES, André Matos; SILVA, Marcelo Eduardo Alves da; DIAS, Fernando de Mendonça. Eleição de Dilma ou segunda reeleição de Lula? Uma análise espacial do pleito de 2010. *Opinião Pública*, v. 21, p. 535-573, 2015.

MANCUSO, Wagner Pralon. *O lobby da Indústria no Congresso Nacional*. Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; Humanitas Editorial. São Paulo, 2007.

MATTOS, César. Análise do Plano Brasil Maior. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Brasília, 2013. Disponível em < https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16159/analise_plano_mattos.pdf?sequence=2 >. Acesso em 17/08/2023.

MEDEIROS, Marlon Clovis. Crise e desindustrialização no Brasil atual. In: *América Latina: Repercusiones espaciales de la crisis política*. Asociación Española de Geografía, p. 367-379, 2021.

MELLO, Guilherme; ROSSI, Pedro. Do industrialismo à austeridade: a política macro dos governos Dilma. Texto para discussão, v. 309, 2017.

MIGUEZ, Thiago de Holanda Lima. *Evolução da Formação Bruta de Capital Fixo na Economia Brasileira 2000-2013*. Tese (Doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia, 2016.

MORCEIRO, Paulo César. Desindustrialização na economia brasileira no período 2000-2011. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

NASSIF, André. A valsa não totalmente afinada de Laura Carvalho: um ensaio-resenha crítico de Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. Cadernos do Desenvolvimento, v. 13, n. 23, p. 11-35, 2018.

NEELY, Christopher Joseph.; FAWLEY, Brett William. Four stories of quantitative easing. 2013.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. Cadernos do Desenvolvimento, v. 11, n. 19, p. 167-179, 2016.

PAULA, Luiz Fernando de. Economia brasileira na encruzilhada: ensaios sobre macroeconomia, desenvolvimento econômico e economia bancária. Editora Appris, 2022.

PINTO, Isabelle; GONÇALVES, Fernanda. Relações Bilaterais Brasil-China: uma análise dos desafios e das potencialidades da parceria estratégica. Boletim Historiar, v. 6, n. 3, 2019.

POCHMANN, Marcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 89-99, 2019.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; TERRA, Fábio Henrique Bittes. Ciclo, crise e retomada da economia brasileira: avaliação macroeconômica do período 2004-2016. Economia e Sociedade, v. 29, p. 469-496, 2020.

RIBEIRO, Laudelina Alves; STAMM, Cristiano. Indústria Brasileira: Um Estudo Do Índice De Expectativas Dos Empresários E Do Investimento Privado (2010–2018). RDE-Revista de Desenvolvimento Econômico, v. 3, n. 47, 2021.

ROWTHORN, Robert E.; WELLS, John R.. De-Industrialization And Foreign Trade. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos *pró-impeachment* de Dilma Rousseff. Dados, v. 62, p. e20190076, 2019.

SARTI, Fernando; HIRATUKA, Célio. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Texto para discussão, n. 290, p. 1-38, 2017.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. Economia e política econômica no governo Dilma, 2011-2014. São Paulo, SP: Raízes da América, 2017.

SINGER, André. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). Editora Companhia das Letras, 2018.

TREGENNA, Fiona. Characterising deindustrialisation: An analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. Cambridge Journal of economics 33, pp. 433–466, 2009.

VERGNHANINI, Rodrigo; ONODA, Suzana. Desindustrialização brasileira no século XXI: introduzindo o papel da demanda doméstica. Artigo submetido às Sessões Ordinárias do XXVII Encontro Nacional de Economia Política ÁREA: Acumulação, Indústria e Transformação Tecnológica, 2022.